



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681259 - MG (2021/0225721-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WILLIAN RODRIGUES FONSECA (PRESO)
CORRÉU : RICARDO DANIEL SILVA CAIXETA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAN RODRIGUES FONSECA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, nos autos da apelação n. 1.0480.20.004007-3/001.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, a uma pena de 5 anos e 10 meses em regime inicialmente fechado.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, negou provimento à apelação interposta pela defesa ao manter a decisão de primeiro grau.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 67):

APELAÇÃO CRIMINAL — TRÁFICO DE DROGAS — ABSOLVIÇÃO — IMPOSSIBILIDADE — PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA — INAPLICABILIDADE — DESCLASSIFICAÇÃO — INVIABILIDADE — ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS — IMPOSSIBILIDADE. Demonstradas a materialidade e a autoria e comprovado que a conduta do réu se amolda a um dos verbos elencados no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/06 é impositiva a manutenção da condenação pelo delito de tráfico e ficam rechaçadas as teses absolutória e desclassificatória. Se a conduta do acusado não se limitar ao mero auxílio moral ou material para o indevido de drogas, não há que se falar em desclassificação para o delito previsto no § 2º do artigo 33 da Lei de Drogas. Tendo em vista a natureza dos crimes de tráfico e de porte de droga para consumo pessoal, não há como aplicar o princípio da insignificância, independentemente da quantidade da droga apreendida, na medida em

que não é ínfima a lesão à saúde pública, que é o bem jurídico tutelado nesses delitos. A concessão do benefício da gratuidade da justiça não exclui a condenação ao pagamento das custas processuais decorrentes da sucumbência. Ademais, compete ao juízo da execução a análise do estado de miserabilidade jurídica com vistas à suspensão da exigibilidade pelo prazo de cinco anos (Precedentes do STJ).

Alega, em síntese, que fora abordado na rua, desarmado, sem dinheiro em sua posse e com uma quantidade ínfima de droga (1,4g), o que não pode ser caracterizado como traficante e sim como usuário de drogas. Sustenta por fim, que ao menos o Tribunal *a quo* deveria ter considerado o preceito legal inserto no art. 33, § 2º, da Lei 11.343/06, uma vez que o paciente auxiliou o usuário na aquisição da droga.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que o delito seja desclassificado de tráfico para posse de droga para uso pessoal ou, subsidiariamente, ser reconhecido o auxílio nos termos do no art. 33, § 2º, da Lei 11.343/06.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente